



UM ACERTO CRASSO?

Um economista desencantado poderia criar o conceito que encabeça este artigo: política econômica exitosa para enfrentar uma conjuntura adversa, mas que provoca consequências desastrosas se mantida indefinidamente. Estímulos ao consumo, como subsídios tarifários, creditícios e tributários, e aumentos salariais foram eficazes para enfrentar a crise em 2008 e 2009.

Mantidas depois de 2010, no entanto, tais medidas corroeram as contas públicas, despertaram o dragão inflacionário, incharam a dívida pública e aguçaram a desconfiança dos empresários. Estes, então, brecharam os investimentos, obrigando o governo a se envenenar com a própria saliva: fazer exatamente o contrário do que vinha prometendo. Resultado: aumento dos juros, dos tributos, do câmbio e redução dos salários, o que provoca recessão e desencadeia fortes focos inflacionários.

Além disso, a avaliação do governo desce aos infernos. Se, em termos eleitorais, a política anterior garantiu a vitória em 2014 (por pouco, é verdade), o ajuste para solucionar o problema vai cobrar um preço muito alto nas próximas eleições. Sem falar que a estiagem não raciona água na Operação Lava Jato.

E a saída? O caminho para sair dessa enrascada é viável, mas muito penoso: recessão profunda com inflação robusta penetrando nos dois dígitos. No entanto, o próprio veneno cria antídotos, ou melhor, precondições para a volta do crescimento. As exportações, motivadas pelo câmbio desvalorizado, começaram a se animar e, apesar da crise na China (principal parceiro comercial do Brasil), encolheram menos do que as importações, produzindo um estimulante *superavit* comercial.

O desemprego força os salários para baixo: custos reduzidos animam os exportadores e os empregadores em geral. Já vimos esse filme, especialmente na crise de 1999-2001, mas ainda faltam duas condições sem as quais as quatro taxas (câmbio, salários, tributos e juros) não produzem um ótimo alinhamento. A taxa de juros, que não depende do legislativo, já se encontra quase ajustada. O aumento dos tributos (leia-se volta da CPMF) enfrenta resistência na sociedade e no Congresso, e nem um eventual

governo Temer terá condições de aprová-lo. Resta reduzir as despesas. Neste caso, os obstáculos também são consideráveis, mas talvez não haja outra alternativa senão tentar superá-los. Além disso, dois exemplos indicam enfrentamentos inevitáveis com os movimentos sociais: mudanças na idade mínima para a aposentadoria e alterações na política de reajuste do salário mínimo, substituindo ganhos reais por correções limitadas aos índices de inflação. Sem arrumar as contas, o *deficit* e a dívida do governo devem crescer, o que tornará mais difícil o retorno dos investimen-

tos do setor privado, condição indispensável para a retomada do crescimento econômico.

É verdade que o primeiro passo para o afastamento da Presidente Dilma Rousseff foi dado e que o perigo de medidas populistas ensaiadas antes da votação do *impeachment* pela Câmara dos Deputados – como a redução dos juros ou o corte nos preços dos combustíveis – saiu da agenda. Mas, a decisão sobre quem ocupará a presidência ainda não ocorreu. Embora a probabilidade de afastamento seja grande, até que um novo governo assuma e sinalize que direção tomará na política econômica, os investimentos privados dificilmente retornarão de forma massiva.

SEM ARRUMAR AS
CONTAS, O *DEFICIT* E
A DÍVIDA DO GOVERNO
DEVEM CRESCER, O
QUE TORNARÁ MAIS
DIFÍCIL O RETORNO
DOS INVESTIMENTOS
DO SETOR PRIVADO.